



CÓD: OP-086JL-23
7908403539239

TERENOS-MS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS – MATO GROSSO DO SUL

Professor (A) de: Educação Física

EDITAL N.º 001/2023

Língua Portuguesa

1. Interpretação de textos.....	5
2. Ortografia.....	6
3. Classes gramaticais	6
4. Acentuação gráfica.....	12
5. Crase	13
6. Termos da oração.....	13
7. Período composto por coordenação e subordinação	15
8. Concordância nominal e verbal	16
9. Regência verbal.....	18
10. Colocação de pronomes	18
11. Pontuação	19
12. Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos;	23
13. Conotação e denotação;	23
14. Coesão e coerência textual;	23
15. Estrutura e formação de palavras;	24
16. Variedades Linguísticas: norma culta, popular e literária.	26

Conhecimentos Específicos Professor (A) de: Educação Física

1. Educação Física na Educação Infantil. A Educação Física no Ensino Fundamental.	35
2. A Aprendizagem Motora.....	45
3. Crescimento e desenvolvimento motor.....	54
4. Tendências e Abordagens Pedagógicas da Educação Física Escolar.	59
5. Fundamentos de Fisiologia do Exercício.....	74
6. BNCC	76
7. Pedagogia e metodologias de ensino do esporte.....	80
8. Organização e administração esportiva no contexto escolar.....	81

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções de Educação e Escola.....	131
2. Função social da escola e compromisso social do educador.....	143
3. Ética no trabalho docente.....	145
4. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas.	151
5. Metodologias Ativas para uma educação inovadora.	154
6. A interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.	156
7. Projeto político-pedagógico: planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno.....	168

ÍNDICE

8. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando.....	171
9. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/MEC.....	176
10. A criança de 6 anos, a linguagem e a escrita e o Ensino Fundamental de 9 anos/MEC.....	176
11. BNCC- Base Nacional Comum Curricular/MEC.	176
12. Educação inclusiva.	216
13. Educação inclusiva.	225
14. Gestão do plano de ensino.	233
15. Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214.	233
16. Lei Federal n.º 9394, de 20.12.96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	236
17. Lei Federal n.º 8069, de 13.07.90 – Estatuto da Criança e do Adolescente: Artigos 1º a 24 e 53 a 69; Parte Especial: Título I; Título II; Título III; Título V – artigos 131 a 140.	253
18. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos.....	263
19. Lei Federal nº13.005/14 e suas alterações.	266

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS;

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entreli-

nhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciada por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

ORTOGRAFIA;

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre vogais (a, e, i, o, u) e consoantes (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes K, W e Y foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronomes

Parônimos e homônimos

As palavras parônimas são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: cumprimento (saudação) X comprimento (extensão); tráfego (trânsito) X tráfico (comércio ilegal).

Já as palavras homônimas são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. Ex: rio (verbo “rir”) X rio (curso d’água); manga (blusa) X manga (fruta).

CLASSES GRAMATICAIS;

CLASSES GRAMATICAIS

As palavras costumam ser divididas em classes, segundo suas funções e formas. Palavras que se apresentam sempre com a mesma forma chamam-se invariáveis; são variáveis, obviamente, as que apresentam flexão ou variação de forma.

Artigo

É a palavra que antecede os substantivos, de forma determinada (o, a, os, as) ou indeterminada (um, uma, uns, umas).

Classificação

Definidos: Determinam o substantivo de modo particular.
Ex.: Liguei para o advogado.

Indefinidos: Determinam o substantivo de modo geral.

Ex.: Liguei para um advogado.

Substantivo

É a palavra que nomeia o que existe, seja ele animado ou inanimado, real ou imaginário, concreto ou abstrato.

Classificação

Concreto: Dá nome ao ser de natureza independente, real ou imaginário.

Abstrato: Nomeia ação, estado, qualidade, sensação ou sentimento e todos os seres que não tem existência independente de outros.

Comum: Dá nome ao ser genericamente, como pertencente a uma determinada classe.

Ex.: cavalo, menino, rio, cidade.

Próprio: Dá nome ao ser particularmente, dentro de uma espécie.

Ex.: Pedro, Terra, Pacífico, Belo Horizonte.

Primitivo: É o que deriva uma série de palavras de mesma família etimológica; não se origina de nenhum outro nome.

Ex.: pedra, pobre.

Derivado: Origina-se de um primitivo.

Ex.: pedrada, pobreza.

Simple: Apresenta apenas um radical.

Ex.: pedra, tempo, roupa.

Composto: Apresenta mais de um radical.

Ex.: pedra-sabão, guarda-chuva.

Coletivo: Embora no singular, expressa pluralidade.

Ex.: enxame, cardume, frota

Adjetivo

Palavra que modifica um substantivo, dando-lhe uma qualidade.

Exemplo:

Cadeira confortável

Locução adjetiva

Expressão formada de preposição mais substantivo com valor e emprego de adjetivo. A preposição faz com que um substantivo se junte a outro para qualificá-lo:

menina (substantivo) de sorte (substantivo)

Menina de sorte

= sortuda (qualifica o substantivo)

Flexão do adjetivo - gênero

Uniformes: Uma forma única para ambos os gêneros.

Ex.: O livro comum – a receita comum

Biformes: Duas formas, para o masculino e outra para o feminino.

Ex.: homem mau – mulher má

Flexão do adjetivo - número

Adjetivos simples: plural seguindo as mesmas regras dos substantivos simples.

Ex.: menino gentil – meninos gentis

Adjetivos compostos: plural com a flexão do último elemento.

Ex.: líquido doce-amargo – líquidos doce-amargos

Observações

Havendo a ideia de cor no adjetivo composto, far-se-á o plural mediante a análise morfológica dos elementos do composto:

– se o último elemento do adjetivo composto for adjetivo, haverá apenas a flexão desse último elemento.

Ex.: tecido verde-claro – tecidos verde-claros

– se o último elemento do adjetivo composto for substantivo, o adjetivo fica invariável.

Ex.: terno amarelo-canário – ternos amarelo-canário

Exceção

– azul-marinho (invariável):

carro azul-marinho – carros azul-marinho

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor (A) de: Educação Física

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Organização da Educação Brasileira¹

A) Introdução

A organização da Educação que temos encontra razões históricas para ser o que é, a mudança da realidade requer a mudança da lógica que nos trouxe até aqui. Atribui-se a Einstein a afirmação de que não é possível resolver um problema com a lógica que o criou. Desvelar a lógica histórica da organização da educação brasileira é essencial para a proposição de alternativas de mudança.

Dessa forma, porque temos a organização da educação que temos?

Para responder a questão acima é preciso analisar referenciais importantes, como, a análise do processo de constituição do Estado brasileiro, iluminada pela teoria do imaginário social efetivo de Castoriadis; o Manifesto dos Pioneiros; a natureza das leis; e os conceitos fundantes da organização sistêmica. Esses referenciais estabelecem as bases teóricas para a compreensão da situação atual da organização da educação brasileira. Essa compreensão permitirá a proposição de alternativas para a conciliação da unidade nacional com a autonomia dos sistemas de ensino, ambas imperiosas para a efetivação da finalidade essencial da educação, que é a promoção do exercício da cidadania, como condição para o desenvolvimento pleno da pessoa.

B) O processo de constituição do Estado brasileiro

A sociedade humana se institui por um processo de autocriação, auto instituição, determinada pelas significações sociais do imaginário coletivo. Esse imaginário, é constituído pelo “magma” de crenças, valores, costumes historicamente construídos, que constituem a cultura de um povo. E com base nela a sociedade se autoinstitui, por meio da instituição das normas, do Estado que a governa. Córdova (2003)², analisando o imaginário social efetivo de Castoriadis, afirma, tais significações são os valores básicos, ou fundamentais que dão sentido, a orientação básica dessa sociedade, a sua identidade, o amálgama que lhe permite reunir-se e dizer-se.

O Estado brasileiro foi constituído com base na cultura europeia latina, na cultura europeia anglo-saxônica, a constituição dos Estados derivou dos valores da identidade nacional, construída pelas significações das práticas sociais.

Nos países latinos, ao contrário, prevaleceu o processo dedutivo, ou seja, a instituição dos Estados obedeceu a princípios e valores teóricos, a fundamentar a nacionalidade. Apenas como sinalização

histórica, vale lembrar que na França, Espanha e Portugal, monarquias constituídas à época como Estados unitários, centralizados, a institucionalidade derivava dos valores das Cortes.

O Estado brasileiro, ignorando a cultura e a história das mais de duzentas nações indígenas aqui existentes, foi constituído pelas “significações” da cultura latina, de feição napoleônica. Neste sentido, o Estado brasileiro precedeu à Nação. As leis do Império buscavam impor valores de inspiração católica, latina e capitalista. Desta forma foram tecendo muito mais um Estado ideal, centrado na burocracia da Corte, do que o Estado real, centrado num projeto de nacionalidade.

A República, de bases positivistas, seguiu o figurino napoleônico. As leis que temos guardam a memória do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Embora às vezes esquecidas, perdidas no tempo, as significações históricas que moldaram a constituição do Estado brasileiro continuam atuando na sociedade atual e fundamentam nosso ordenamento jurídico, porque guardadas como valores no inconsciente coletivo.

Gomes (2003)³ em seu artigo, Conselhos de educação: luzes e sombras, explicita bem o impacto dessa cultura no ordenamento jurídico da educação brasileira, de feição “hipernormatizador”. Para o autor, os herdeiros da tradição napoleônica e positivista, ainda alimentamos a falaciosa crença de que a norma pode criar valores e infundi-los nas pessoas. As normas são incapazes de mudar o caráter das pessoas e suas práticas sociais e, por isso, não são eficazes para criar valores. Os valores são criados pelos processos sociais, pela cultura, tarefa atribuída precipuamente à família e à educação. Em nome da afirmação de valores e do controle dos desvios éticos, que radicam no caráter das pessoas, tendemos a cair na armadilha de limitar o espaço da autonomia institucional e do exercício pessoal da cidadania. A excessiva regulamentação, o engessamento normativo da ação pedagógica, é contraditório com o fundamento freiriano da educação emancipadora.

Embora a Constituição de 1988 tenha buscado expressar os valores da nacionalidade, estimulando a participação social, as práticas sociais ainda permanecem impregnadas de traços culturais imperialistas, de fundo patrimonialista e paternalista. Ainda temos mais aparelhos de Estado do que Nação, mais valores instituídos, determinados pelas leis, do que práticas sociais de cidadania ativa.

C) O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

A educação brasileira, nos primeiros 210 anos (entre 1549 e 1759), foi marcada predominantemente pelo ensino jesuítico, destinado aos colonizadores e aos filhos dos caciques, com o objetivo de “dilatara a fé e o império”. Depois, até o final do Império, foi o vazio das reformas pombalinas e o “ensino livre” da reforma Leôncio de Carvalho.

O Manifesto dos Pioneiros analisa os primeiros 43 anos de República, para eles, as diversas reformas republicanas representavam visões isoladas, permanecendo “tudo fragmentado e desar-

1 BORDIGNON, G. SISTEMA NACIONAL ARTICULADO DE EDUCAÇÃO: O papel dos Conselhos de Educação.

2 CORDOVA, Rogério de A. Educação Brasileira: processos e trabalhos. Módulo V, vol. I. PIE. FE/UnB, Brasília, 2003

3 GOMES, C. A. C. Conselhos de educação: luzes e sombras. Revista de Educação - AEC, Brasília, v. 32, n. 129, p. 86-98, 2003.

ticulado” sem visão de um projeto de totalidade da educação nacional. Havia uma educação para as elites e outra, se é que havia, para o povo, de viés profissionalizante.

O Manifesto preconizava uma organização da educação fundada em bases e diretrizes nacionais, articulando responsabilidades próprias dos entes federados. Um projeto nacional com responsabilidades descentralizadas.

Assim, o Manifesto enfatizava uma organização da educação brasileira unitária sobre a base e os princípios do Estado, no espírito da verdadeira comunidade popular e no cuidado da unidade nacional, não implica um centralismo estéril e odioso, ao qual se opõem as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação crescente da escola aos interesses e às exigências regionais. Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe multiplicidade. Por menos que pareça, à primeira vista, não é, pois, na centralização, mas na aplicação da doutrina federativa e descentralizadora, que teremos de buscar o meio de levar a cabo, em toda a República, uma obra metódica e coordenada, de acordo com um plano comum, de completa eficiência, tanto em intensidade como em extensão.

A principal discussão que permeou as discussões da elaboração do Plano Nacional de Educação, pelo Conselho Nacional de Educação de 1937, foi a da descentralização, já apontando caminhos para a municipalização do ensino.

Azanha (1995)⁴ analisa que: Para Anísio Teixeira, grande protagonista dessas discussões, a municipalização do ensino primário oferecia vantagens de ordem administrativa, social e pedagógica. Quanto à primeira as razões são óbvias. Quanto à segunda, as vantagens adviriam do fato de o professor ser um elemento local ou pelo menos aí integrado e não mais um ‘cônsul’ representante de um poder externo. Quanto à terceira, residiria principalmente na possibilidade de o currículo escolar refletir a cultura local.

As discussões promissoras suscitadas pelos pioneiros foram interrompidas em 1937 pelo advento do Estado Novo, que optou pela fragmentação das leis orgânicas. A Constituição de 1946 retomou os fundamentos da Constituição de 1934, permitindo a retomada do projeto dos Pioneiros, consolidado na primeira LDB de 1961.

A descentralização remete à questão do poder local e de abertura de espaços para o exercício da cidadania, via participação. A descentralização do ensino, por meio de sistemas articulados, na concepção dos Pioneiros, não significava mera transferência de responsabilidades da União para os entes federados. Significava, muito mais, compartilhamento de poder. Por isso, os movimentos pela descentralização sempre acompanharam os movimentos de democratização e de autonomia dos entes federados.

D) Conceitos fundantes da organização sistêmica

Originário da física, o termo sistema, segundo Agesta (1986)⁵, foi introduzido nas ciências sociais por V. Pareto, e difundido por T. Parsons, como instrumento metodológico para compreender a inter-relação dos diferentes elementos que constituem as unidades da sociedade. Dessa forma, o autor define sistema: “Entende-se por sistema o conjunto de coisas que ordenadamente entrelaçadas contribuem para determinado fim; trata-se, portanto de um todo coerente cujos diferentes elementos são interdependentes e constituem uma unidade completa”.

4 AZANHA, J.M.P. *Educação: temas polêmicos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

5 AGESTA, Luiz Sanchez. *Sistema Político*. In: *Dicionário de ciências sociais*. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação. Benedicto Silva (Coord). Rio de Janeiro. Ed. FGV. 1986.

Sistema compreende um conjunto de elementos, ideais ou concretos, que mantêm relação entre si formando uma estrutura. Elementos, partes estruturadas em relação interdependente, formando um todo dotado de certo grau de harmonia e autonomia, voltado para uma finalidade. Em síntese, um sistema compreende:

A) **Totalidade**: Um sistema se caracteriza como um conjunto de partes articuladas em interdependência formando um todo;

B) **Finalidade ou intencionalidade**: A finalidade constitui o pólo magnético, o princípio unificador, a energia que liga as partes no todo;

C) **Autonomia**: O sistema se constitui como um sujeito coletivo com espaço e capacidade de autorregulação, autônomos;

D) **Organização**: A organização estrutura o sistema, estabelece a articulação, as inter-relações das partes no todo, em vista da finalidade;

E) **Normatização**: A norma é o elemento articulador, organizador do sistema, que estabelece a coerência da ação das partes em vista da finalidade do todo e define os limites da autonomia.

O conceito de sistema não se limita a valores de grandeza, dessa forma, pode ser atribuído da mesma forma a grandes e pequenos espaços da organização social. O fundamental é ter presente a delimitação do todo considerado, a abrangência, o que compreende, do que é constituído um determinado sistema, sem perder de vista as inter-relações com o todo maior no qual se insere.

Os sistemas de ensino compreendem o conjunto de instituições, órgãos e normas educacionais de cada ente federado. Ou seja: organizam o todo educacional sob responsabilidade de cada ente federado, no âmbito de sua autonomia.

E) A Trilogia da organização da Educação brasileira: Sistemas, Conselhos e Planos de Educação

A compreensão da organização da educação brasileira atual, derivada das significações históricas, é necessária para a proposição de sua reestruturação. Para superar a fragmentação e desarticulação das normas e ações educacionais, os Pioneiros propuseram, e as Constituições de 1934 e 1946 consagraram, a articulação de um projeto nacional de educação fundado na unidade com multiplicidade.

A unidade assegurada por meio de políticas e diretrizes nacionais e a multiplicidade pela descentralização com distribuição de poder e responsabilidades. A organização e a gestão do projeto nacional de educação, com articulação da unidade na multiplicidade, se assentavam no tripé: sistemas, planos e conselhos de educação.

Foi essa concepção que fundamentou os dispositivos constitucionais de 1934 e 1946 de criação dos sistemas de ensino e conselhos de educação, com sua ação orientada por um Plano Nacional de Educação, instrumento de garantia da unidade nacional.

O Plano, que chegou a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação em 1937, assumia claramente uma feição de lei de diretrizes e bases. A primeira Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4.024/61) veio consolidar a idéia de um projeto nacional global de educação, abrangendo todos os níveis de ensino.

A Constituição de 1988, aprofundando a doutrina federativa, ampliou os sistemas de ensino, também para os municípios, todos dotados de autonomia no seu âmbito de atuação, e instituiu o princípio do regime de colaboração. A segunda LDB (Lei nº 9.394/96) definiu as diretrizes de organização dos sistemas e respectivas competências, mas não tratou do regime de colaboração.

À União é atribuída a responsabilidade pela coordenação da política nacional de educação. Além das diretrizes e bases nacionais, definidas na LDB, outras leis federais (PNE, FUNDEB, Alimentação Escolar) e diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Educação, complementam as políticas e diretrizes nacionais. O MEC, no seu papel de coordenador da política nacional, por meio de estratégias próprias, abrangendo um conjunto de programas de apoio aos sistemas de ensino, atua para tornar efetivas na prática as políticas e diretrizes nacionais.

Os Sistemas de Ensino foram constituídos para dar efetividade à doutrina federativa da autonomia dos entes federados no âmbito de suas responsabilidades, adotada como estratégia de democratização do exercício de poder pelos cidadãos. A LDB atribui aos sistemas de ensino autonomia de organização nos limites das normas nacionais, ou seja, cada sistema organiza o seu todo, articulando as partes e definindo as normas de funcionamento, em vista das finalidades inerentes às suas responsabilidades. Mas suas responsabilidades são definidas pelos objetivos nacionais, o que significa que a autonomia diz respeito à liberdade de organização e operação do sistema. No entanto, essa liberdade não implica em autonomia para divergir das finalidades educacionais constitucionalmente definidas.

Neste sentido, há quem defenda que os sistemas dos entes federados se constituem em subsistemas de um sistema nacional. Na verdade, na teoria sistêmica, o subsistema deixaria de ser um todo organizado com autonomia, o que significaria ser parte, não todo. No entanto, situados no todo da nação, os sistemas de ensino estabelecem interconexões para a efetivação das políticas e diretrizes nacionais. Cada sistema – municipal, estadual e federal – constitui uma totalidade com competências próprias. Articulados entre si formam a totalidade nacional. É bom lembrar que, na Constituição Federal, o regime federativo constitui cláusula pétrea.

Os Conselhos de Educação foram historicamente concebidos como órgãos técnicos de assessoramento superior, com a função precípua de colaborar na formulação das políticas e diretrizes educacionais no interior dos sistemas, dessa forma, a função situou os conselhos como órgãos normativos. Na prática, os conselhos centraram sua ação na normatização e controle do funcionamento das instituições educacionais, assumindo, no decorrer do tempo, caráter predominantemente cartorial.

As novas exigências da democratização, especialmente a partir da Constituição de 1988, que instituiu o princípio da gestão democrática da educação, passaram a requerer dos conselhos, além da tradicional competência normativa, ações de controle e de mobilização social. Esses novos papéis atribuem aos conselhos, por sua vez, uma nova natureza de órgãos de Estado. Essa natureza demanda novo perfil de composição e de atuação, invertendo a tradicional postura de “ecos” da voz do governo falando à sociedade, para passar a expressar a voz da sociedade falando ao governo. Na verdade, a nova natureza situa os conselhos como pontes, mediadores do diálogo entre o governo e as aspirações da sociedade.

Os Planos de Educação, elaborados com a participação da sociedade, passaram a constituir-se em instrumentos fundamentais da gestão democrática dos sistemas de ensino. Como instrumentos de gestão, os planos necessitam guardar coerência com as políticas e diretrizes nacionais e locais. Para isso, é fundamental estabelecer as interconexões entre os diferentes planos, desde o âmbito nacional até o escolar.

O Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 1.072/2001), como Plano de Estado, define os objetivos e metas nacionais. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007), como plano de governo, com seus eixos estruturantes (Financiamento, Formação de professores e piso salarial, Avaliação e responsabilização e Planejamento e gestão educacional) é o instrumento estratégico de gestão do MEC, para realização dos objetivos e metas nacionais do PNE, com foco na qualidade da educação, ou seja, no educando, razão originária de toda a ação educacional.

Os planos estaduais e municipais, definem os objetivos e metas locais, tanto para a realização, no seu âmbito, dos objetivos e metas nacionais, como para os próprios de seu sistema de ensino. O Plano de Ações Articuladas (PAR) define as estratégias locais em para o cumprimento, no seu âmbito, das metas do PDE.

O Projeto ou Proposta Pedagógica (termos utilizados indistintamente pela LDB e pelo CNE nas Diretrizes Curriculares, mas definido na literatura pedagógica e na maioria das instituições educacionais como Projeto Político Pedagógico – PPP - ou, em alguns casos, Eco-Político-Pedagógico - PEPP) particulariza para a escola, segundo sua identidade, definida pelo ambiente e pela educação oferecida, as políticas e diretrizes nacionais e locais. Conforme estabelece o artigo 13 da LDB, a proposta pedagógica - PEPP para nós - fundamenta o Plano de Trabalho Anual – PTA – ou, em coerência com o PDE e o PAR, o PDE-Escola, que particularizam na escola as metas estratégicas anuais da promoção da qualidade da educação.

Na prática, essa arquitetura constitui um verdadeiro sistema nacional de educação, que articula, por meio dos dispositivos normativos e planos, os sistemas de ensino, nos quais se inserem os conselhos de educação. Sistema a ser operado por meio do regime de colaboração. O Regime de Colaboração é o princípio constitucional posto como nó para estabelecer a conectividade geradora das interconexões necessárias para articular a unidade na multiplicidade. Mas, esse princípio não foi eficaz como elo articulador dessas interconexões. Assim, hoje se coloca a questão da regulamentação do regime de colaboração por meio da construção de um sistema nacional de educação.

F) O regime de colaboração: por meio de um sistema nacional articulado de educação

A Conferência Nacional da Educação Básica, realizada em abril de 2008, teve como tema central a “Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação”. Em síntese, a Conferência define, com base nos princípios explicitados no art. 206 da Constituição Federal, que:

“(...) a construção de um SNE requer o redimensionamento das ações dos entes federados, garantindo diretrizes educacionais comuns a todo o território nacional, visando à superação das desigualdades regionais. Dessa forma, objetiva-se o desenvolvimento de políticas públicas educacionais nacionais universalizáveis, por meio da regulamentação das competências específicas de cada ente federado no regime de colaboração. Nesse sentido, o SNE assume o papel de articulador, normatizador, coordenador e, sempre que necessário, financiador dos sistemas de ensino (federal, estadual/DF e municipal), garantindo diretrizes educacionais comuns e mantendo as especificidades de cada um, respeitadas as normas gerais emanadas dos órgãos superiores e definindo-se o papel da União, estados e municípios” (Documento Final da Conferência Nacional de Educação Básica).

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E ESCOLA.

Concepção de Sociedade

Vivemos num mundo onde a informação é diversificada e atualizada rapidamente, o mundo mudou, as pessoas mudaram e, ao constatar a velocidade com que ocorrem transformações em nossa vida cotidiana, podemos afirmar que estamos diante de um novo tempo, uma outra realidade que nos envolve e nos desafia.

A forma com que compreendíamos a vida e tudo que acontecia, já não parece ser o que prevalece hoje. Vivemos uma nova era, onde o conhecimento que tínhamos como entendimento de se estar no mundo (algo pronto e acabado), não é mais aceito e absorvido pela maioria das instituições, como também pelo processo que configura a produção do conhecimento.

Isto significa que a sociedade atual exige uma prática pedagógica que assegure a construção da cidadania, fundada na criatividade, criticidade, nas responsabilidades advindas das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Essas reais exigências cognitivas e atitudinais requeridas nos permitem o questionamento: o que tem a educação a refletir sobre as relações e transformações em curso e a formação do homem?

A educação e a escola, por sua importância política, merecem um papel de destaque numa proposta de sociedade. Neste esforço de reorganização da vida social e política, velhas instituições e antigos conceitos são redefinidos de acordo com essa lógica. Portanto, “o que está em jogo não é apenas uma reestruturação das esferas econômicas, sociais e políticas, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social”.

A escola tem muito que refletir sobre sua organização curricular, a começar pela compreensão de que a sua ação passa a ser uma intervenção singular no processo de formação do homem na sociedade atual. Nesse paradigma, o professor já não pode ser considerado como único detentor de um saber que simplesmente lhe basta transmitir, mas deve ser um mediador do saber coletivo, com competência para situar-se como agente do processo de mudança.

Assim, concebemos que a educação, a escola e o objeto de conhecimento constituem os elementos essenciais para o processo de formação de homens e mulheres que contribuirão para a organização da sociedade.

Concepção de Homem

Partindo do que diz Morin ao se referir sobre a complexidade do ser humano: “ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural”, apresentamos nossa concepção de homem e, em consequência, as aspirações pretendidas em relação ao cidadão que queremos formar. Entendendo o sujeito tanto biológico como social, temos por objetivo desenvolver no aluno a consciência e o sentimento de pertencer ao mundo, de modo que possa

compreender a interdependência entre os fenômenos e seja capaz de interagir de maneira crítica, criativa e consciente com seu meio natural e social.

Alguns desafios são fundamentais no que se refere à formação do sujeito, desenvolver competências para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas, ou seja, o grande desafio de formar sujeitos que possam enfrentar realidades cada vez mais complexas. Assim, acreditamos na possibilidade de formar um cidadão mais indignado com as manifestações e acontecimentos da vida cotidiana, um cidadão que saiba mediar conflitos e propor soluções criativas e adequadas a favor da coletividade, que tenha liberdade de pensamento e atitudes autônomas para buscar informações nos diferentes contextos, organizá-las e transformá-las em conhecimentos aplicáveis.

Para o educador Paulo Freire, o homem só começa a ser um sujeito social, quando estabelece contato com outros homens, com o mundo e com o contexto de realidade que os determina geográfica, histórica e culturalmente, é nessa perspectiva que a escola se torna um dos espaços privilegiados para a formação do homem.

Concepção de Escola

A Escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das relações sociais e, é nesse ambiente que a criança e o jovem interagem com grupos de sua idade, criam vínculos e laços de convivência, além de desenvolverem habilidades e competências para continuar seu processo de aprendizagem.

Sabemos que os modos de vida também são vivenciados pela escola. São variantes de diversos matizes, que se multiplicam a cada dia e esses acontecimentos não podem ser desprezados. As ações educativas vinculadas às práticas sociais compõem o rol de compromissos da educação formal. Por isso, o cotidiano escolar exerce um papel expressivo na formação cognitiva, afetiva, social, política e cultural dos alunos que passam parte de suas vidas nesse ambiente pedagógico e educativo.

Concepção de Educação, Ensino e Aprendizagem

O caráter eminentemente pedagógico da Educação no contexto escolar fundamenta-se numa perspectiva de considerar que a criança está inserida em determinado contexto social e, portanto, deve ser respeitada em sua história de vida, classe social, cultura e etnia. Nesse sentido, a escola é vista como espaço para a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o mundo, na qual a sua proposta pedagógica permite a permanente articulação dos conteúdos escolares com as vivências e as indagações da criança e do jovem sobre a realidade em que vivem.

Podemos considerar os processos interativos, a cooperação, o trabalho em grupo, a arte, a imaginação, a brincadeira, a mediação do professor e a construção do conhecimento em rede como eixos do trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento

da criança e do jovem visando à constituição do sujeito solidário, criativo, autônomo, crítico e com estruturas afetivo-cognitivas necessárias para operar sua realidade social e pessoal.

O processo de desenvolvimento, na perspectiva histórico-cultural, é compreendido como o processo por meio do qual o sujeito internaliza os modos culturalmente construídos de pensar e agir no mundo. Este processo se dá nas relações com o outro, indo do social para o individual.

O caminho do objeto do conhecimento até o indivíduo e deste até o objeto passa através de uma outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

Além dos aspectos abordados, importante lembrar que nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, os ambientes educacionais são espaços que possibilitam ampliar suas experiências e se desenvolver nas diferentes dimensões humanas: afetiva, motora, cognitiva, social, imaginativa, lúdica, estética, criativa, expressiva e linguística.

As abordagens dos conteúdos não se limitam a fatos e conceitos, mas também aos procedimentos, atitudes, valores e normas que são entendidos como conteúdos imprescindíveis no mesmo nível que os fatos e conceitos. Isto [...] pressupõe aceitar até as suas últimas consequências o princípio de que tudo o que pode ser aprendido pelas crianças e jovens podem e devem ser ensinado pelos professores.

A) Conteúdos relacionados a fatos, conceitos e princípios - correspondem ao compromisso científico da educação: transmitir o conhecimento socialmente produzido.

B) Conteúdos relacionados a procedimentos - que são os objetivos, resultados e meios para alcançá-los, articulados por ações, passos ou procedimentos a serem implementados e aprendidos.

C) Conteúdos relacionados a atitudes, normas e valores - correspondem ao compromisso filosófico da educação: promover aspectos que nos completam como seres humanos, que dão uma dimensão maior, que dão razão e sentido para o conhecimento científico.

Sociedade Contemporânea

O sociólogo e filósofo polonês Bauman apresenta a sociedade caracterizando-a como modernidade líquida, utiliza assim está metáfora para explicar o advento de uma sociedade mais leve em detrimento da chamada modernidade sólida. Atualmente o que se vivencia difere de tempos passados, que ganham novas formas. Portanto, a modernidade sólida possui características contrárias aos novos tempos.

Para Bauman, vive-se hoje, uma modernidade líquida que é marcada pela instantaneidade e pela liquidez. O conceito de liquidez utilizado pelo teórico destaca uma sociedade que não mantém sua forma, não é estável, mas é marcada por transformações, desestabilidades, construções e desconstruções, imprevisibilidade, não se atendo a um só formato, ao contrário de solidez que se refere à metáfora das marcas da modernidade, adjetivado por aspectos de durabilidade, de controle, de estabilidade.

A esse respeito, afirma: “Se o sociólogo empregou a metáfora da solidez como marca característica da modernidade nas primeiras décadas do século XX (destruir a tradição e colocar outra, potencialmente superior e mais sólida, em seu lugar), na transição para o século XXI ele destacará o novo aspecto da condição

moderna, desta vez baseado na metáfora da liquidez. Por isso a modernidade líquida passou a ser a denominação preferencial de Bauman para referir-se ao contemporâneo. É essa oposição entre solidez e liquidez que permite a ele explicar a distinção entre o nosso modo de vida moderno e aquele vivido por nossos antepassados”.

Entretanto, diante dos conceitos sólido e líquido, apresentados por Bauman, é importante considerar aquilo que Berman, enfatiza como conceito de solidez. Ao contrário de Bauman, assinala que o sólido também pode sofrer alterações. O conceito de sólido tratado por Berman difere da definição criada por Bauman na medida em que, para o primeiro, as bases sólidas, os valores fundados na sociedade moderna são permanentes e imutáveis, já na pós-modernidade, difundiram-se, sofreram alterações marcadas pelos novos pressupostos da vida moderna. Para Bauman, somente a metáfora da liquidez se compara a esse processo de transformação. Percebe-se, entretanto, que, referindo-se às características gerais da modernidade, os autores compartilham as mesmas definições, apresentando o mesmo painel sobre os tempos modernos.

O sentido da modernidade apresentada por Berman é o mesmo em comparação ao que apresenta Bauman, na medida em ambos ressaltam que esta modernidade é passível de transformações, de mudanças, de desintegração de ambientes, de construção de novas formas de vida. Destacam-se, nesse movimento, algumas características, como: crescente explosão demográfica, grandes descobertas nas ciências, crescimento acelerado da tecnologia e dos sistemas de comunicação de massa e expansão do mercado capitalista mundial. Esses fatores, por sua vez, influenciam a vida das pessoas e geram novas formas de adaptação, de movimento, de poder e de sobrevivência. Em tempos como esses, “o indivíduo ousa individualizar-se”. De outro lado, esse ousado indivíduo precisa desesperadamente “de um conjunto de leis próprias, precisa de habilidades e astúcias, necessárias à autopreservação, à autoimposição, à autoafirmação, à autolibertação.”

Retornando às características subjacentes à modernidade líquida de Bauman, o tempo é um fator que assinala esta modernidade, marcada fortemente por fatos instantâneos.

[...] os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos e propensos a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas “por um momento”.

As pessoas que comandam o mundo são aquelas que agem com maior rapidez, que mais se aproximam do momentâneo. A instantaneidade auxilia a dominação, no sentido de que o indivíduo que domina é aquele que tem capacidade para adaptar-se a novas formas de vida, novos lugares, que consegue decidir rapidamente e agir aceleradamente. Nesse sentido, sobre a instantaneidade associada à flexibilidade,

Bauman enfatiza: “neste mundo, tudo pode acontecer e tudo pode ser feito, mas nada pode ser feito uma vez por todas - e o que quer que aconteça chega sem se anunciar e vai-se embora sem aviso”.

Para o autor, compreende-se que a modernidade líquida demarca uma grande transformação nos âmbitos social, político, econômico, ambiental, sempre no sentido de esquecer o passado, ou seja, aquilo que significava importante nas ações dos indivíduos e agora acaba perdendo seu efeito. As possibilidades de

criar novas formas de vida são aceitas e o mundo movimenta-se conforme as demandas imediatas. É o mundo do imediatismo, das coisas descartáveis. A diferença da modernidade sólida para a modernidade líquida é a duração da ação. Na modernidade líquida, a ação é imediata, em curto prazo.

Ainda, tomando-se em consideração os novos formatos e relações estabelecidas pelas novas tecnologias, surgem novas relações oferecidas pela internet. Esse recurso oferece meios de conexão com o mundo todo, levando os indivíduos a estarem constantemente em movimento, mesmo permanecendo no lugar onde se encontra. A internet também favorece novas formas de relações entre as pessoas, sendo que, a comunicação ocorre por intermédio de meios eletrônicos, a qualquer tempo, descartando outras formas de contato. A mídia, assim como a internet, possibilita também repassar informações em um curto espaço de tempo em uma grande velocidade, permitindo a sensação de mobilidade. “O espaço deixou de ser um obstáculo - basta uma fração de segundo para conquistá-lo”. Com esse aspecto de instantaneidade, Berman destaca que é preciso adaptar-se às novas transformações, considerando-as como novos processos que necessitam ser imbuídos na vida pessoal e social:

Homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança: não apenas estar aptos a mudanças em sua vida pessoal e social, mas ir efetivamente em busca das mudanças, procurá-las de maneira ativa, levando-as adiante. Precisam aprender a não lamentar com muita nostalgia as “relações fixas, imobilizadas” de um passado real ou de fantasia, mas a se deliciar na mobilidade, a se empenhar na renovação, a olhar sempre na direção de futuros desenvolvimentos em suas condições de vida e em suas relações com outros seres humanos.

Referindo-se aos modos de trabalho, o ser humano busca o progresso, sendo visualizado como um caminho sem fim, que deve ser alcançado constantemente, através do esforço do homem. Para o alcance do progresso, novos valores passam a permeiar as relações de trabalho: a competição e a individualização que concorrem, simultaneamente, para o alcance deste progresso. Todos esses processos mudam o modo de vida humana, sendo que cada indivíduo é responsável por encontrar meios para o alcance de melhores condições de vida.

Bauman destaca: [...] são homens e mulheres individuais às suas próprias custas deverão usar, individualmente, seu próprio juízo, recursos e indústria para elevar-se a uma condição mais satisfatória e deixar para trás qualquer aspecto de sua condição presente de que se ressintam.

O trabalho, na modernidade sólida, era considerado uma virtude, sendo fundamental para a vida nos tempos modernos para alcançar status. Capital e trabalho eram interdependentes. Os trabalhadores dependiam do emprego para sobreviver e o capital dependia dos trabalhadores para seu crescimento. Com o trabalho, o trabalhador comandava seu próprio destino. Como o modelo fordista, o trabalhador iniciava sua carreira em uma empresa e lá permanecia, ficando “preso” em seu lugar, impedindo a sua mobilidade. Porém, na contemporaneidade, o trabalho não é mais um projeto de vida, uma base sólida, mas um significado de satisfação, assim como, não significa estabilidade, como nos tempos passados. “Neste mundo, estabilidade significa tão somente

entropia, morte lenta, uma vez que nosso sentido de progresso e crescimento é o único meio que dispomos para saber, com certeza, que estamos vivos”.

Da Era Industrial passa-se à Era do Acesso, sendo que, nesta, máquinas inteligentes, na forma de programas de computador, da robótica, da biotecnologia, substituíram rapidamente a mão-de-obra humana na agricultura, nas manufaturas e nos setores de serviços. Segundo a lógica reinante do mundo globalizado, comandado pelas linhas mestras da tecnologia, uma multidão de seres humanos encontra-se sem razão para viver neste mundo. A ideologia de sustentação da economia do mercado é excludente e busca eliminar quem não entra e consegue seguir seus parâmetros. Deve-se executar o ofício de separar e eliminar o refúgio, o descartável. Tudo se estrutura a partir do privilégio e do padrão de vida e consumo.

Assim, mudar de emprego tornou-se algo comum, reafirmando o conceito de transitoriedade e flexibilidade que marcam a denominada modernidade líquida. “A vida de trabalho está saturada de incertezas”. As incertezas são marcadas pelo descontrole e desconhecimento das situações. Não há, neste tempo, segurança em relação ao trabalho, no sentido de permanecer nele a vida toda.

Os conceitos de emancipação e individualidade ganham um peso maior nesta sociedade, sendo que o coletivo e a comunidade passam a ser conceitos abstratos, aquilo que vem depois das escolhas individuais. A solidariedade é um valor que não possui mais fundamento. O indivíduo é capaz de decidir sobre as ações e fins.

Cabe ao indivíduo descobrir o que é capaz de fazer, esticar essa capacidade ao máximo e escolher os fins a que essa capacidade poderia melhor servir - isto é, com a máxima satisfação concebível.

Nesse sentido, nada está pronto e acabado. As oportunidades são infinitas ao indivíduo e sua liberdade de escolha favorece um estado de ansiedade e incertezas.

O sentimento de felicidade está, em muitos casos, ligado a situações de consumo. “O consumo é um investimento em tudo que serve para o ‘valor social’ e a autoestima do indivíduo”. Neste sentido, o consumismo passa a ser algo de desejo imediato. Consume-se mais e, geralmente, para satisfazer desejos instantâneos e individuais. A sociedade do consumo privilegia não só aquisição de bens e produtos, mas a busca incessante de novas receitas para uma vida melhor; novos exemplos, novas habilidades, novas competências em detrimento daquilo que ainda o indivíduo não é, para aparentar uma imagem, mostrar aos outros aquilo que não é, para agradá-los ou como um modo de atrair atenção. O consumo não é mais caracterizado como a satisfação das necessidades, mas serve para satisfazer os desejos insaciáveis. As necessidades são sólidas, inflexíveis, já o desejo é marcado pela fluidez, são flexíveis, mutáveis e podem ser substituídos.

Desse modo, estar na sociedade de consumidores requer estar adaptado aos novos padrões do mercado. Consumir é estar de acordo com aquilo que o mercado impõe como símbolo de comodidade, de autoafirmação, de conforto, de emancipação dos indivíduos.

Bauman acrescenta a esses aspectos outros fatores que auxiliam a compreender a configuração da nova sociedade. Ressalta que a comunidade como defensora do direito à vida decente transformou este projeto em promover o mercado como garantia de auto enriquecimento, gerando maiores sofrimentos entre aqueles que não podem consumir como o mercado demanda. Ele